

HISTÓRIA SOCIAL DO CONHECIMENTO

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 240 p.

Raquel Ribeiro R. Castro*

Ao realizarmos pesquisas bibliográficas ou buscarmos referências sobre o período da modernidade, encontramos trabalhos que enfocam as transformações engendradas na esfera estrutural e conjuntural que, conjuntamente, delinearam novos valores econômicos, novas idéias políticas, novos comportamentos sociais, novos horizontes culturais, novos princípios religiosos, enfim, uma amplitude de “novos” que dificilmente se esgotam. Tendo a modernidade como recorte temporal, Peter Burke, em *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*, levanta dados a respeito do conhecimento, da importância exercida sobre o meio social, bem como das influências recebidas na (re)elaboração de novas teorias, estudos e pesquisas.

Historiador inglês, professor de história cultural na Universidade de Cambridge (Inglaterra), autor de vinte e dois livros dos quais doze foram traduzidos e editados em português, Peter Burke tem seus estudos reconhecidos internacionalmente por estabelecer pontes entre a cultura do passado e a do presente por meio da análise histórica da sociedade.

Esta obra está dividida em nove capítulos, nos quais Burke remonta a sociologia do conhecimento na modernidade no plano temporal, referindo às especificidades de cada século, e também no plano espacial, mostrando como o conhecimento passou a ser organizado e catalogado

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora de História no Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás e na Rede Municipal de Ensino de Goiânia.

em bibliotecas e museus de forma que seu acesso se tornasse mais prático, facilitando aos estudiosos a sua consulta.

Na introdução, o autor justifica a escolha do tema como uma forma de preencher uma lacuna na literatura acadêmica em relação à modernidade, tratando do conhecimento em uma amplitude que vai além da ênfase em sua aquisição e transmissão, mas que passa também pelo enfoque de seus detentores, pelo maior interesse pela vida intelectual cotidiana de pequenos grupos ou “comunidades epistemológicas”, pela atenção mais voltada à geografia do que à classe social.

Como o próprio Burke define,

o livro tenta uma história social informada pela teoria, as teorias “clássicas” de Émile Durkheim e de Max Weber tanto quanto as formulações mais recentes de Foucault e Bourdieu. Os capítulos II e III oferecem uma espécie de sociologia do conhecimento retrospectiva, o capítulo IV, uma antropologia. O sexto discute a política do conhecimento, o sétimo, sua economia, o oitavo adota uma orientação mais literária, e a coda levanta algumas questões filosóficas.

E quanto ao recorte temporal, “os limites cronológicos do livro são o Renascimento e o Iluminismo, [...] o livro é mesmo uma história do conhecimento no princípio da Europa Moderna” (p. 22).

Além do recorte temporal, especifica o tipo de conhecimento que irá focar ao longo da obra, em que é dada ênfase às formas dominantes ou “acadêmicas”. Em um universo que não se encontravam completamente livres para a realização de suas produções, os letrados e intelectuais tinham de se manter vinculados a instituições como universidades, Estado ou mesmo a Igreja. Assim, como nos diversos aspectos da modernidade, a tendência de inovar, em muitas ocasiões, era conflitante com a tendência de resistir à inovação. Peter Burke tem a preocupação de detalhar os três séculos de mudança intelectual, passando pelos séculos do Renascimento, da Revolução Científica e do Iluminismo, e de demonstrar as fases pelas quais a produção do conhecimento passou e como se deu a sua abordagem científica nas universidades e nos institutos de pesquisas surgidos naquele período.

Assim como o comércio criou, na modernidade, uma dinâmica de mercados, interligando diversas regiões, houve também um inter-

câmbio de conhecimentos entre os países europeus e destes com regiões mais afastadas, como os países asiáticos e as colônias americanas. Devido às atividades comerciais, algumas cidades européias consagraram-se como sedes das principais informações da época, seja pelo dinamismo de seus portos nos quais se realizavam, além das trocas de mercadorias, também as trocas de informações – como em Amsterdã, por exemplo –, seja pela concentração das grandes bibliotecas onde ficavam armazenadas as biografias, as enciclopédias, os currículos, as descrições de viagens e de pesquisas etc. Sendo assim, a cidade, além de representar o pólo dinâmico da economia comercial, o era também em relação à difusão das informações que passavam a circular mais rapidamente depois do surgimento do livro impresso e dos dicionários de outras línguas (não-européias).

Burke demonstra que a partir do século XVI houve a reestruturação dos currículos nas universidades, com o intuito de gerar uma interdependência do saber, ou seja, de criar uma maior conexão entre os diversos saberes, interligando algumas disciplinas, visando à promoção dos conhecimentos gerais e dando autonomia a outras, de forma que possibilitasse o aprofundamento obtido pelo estudo individual. Tal foi o caso da história e da geografia.

Destaca também o controle que o Estado exercia sobre a informação, tanto para manter suas riquezas ultramarinas quanto para organizar sua própria defesa e de suas fronteiras, afastando seus inimigos. Para isso, o Estado solidificou um sistema administrativo assentado na burocracia e na censura das obras que fossem ricas em informações. Cita como exemplo a censura do relato *Cultura e opulência do Brasil*, escrita em 1711 por Antonil, um jesuíta italiano, que tece uma narrativa sobre as riquezas e os costumes do Brasil, avivando o temor de que os estrangeiros pudessem aprender as rotas para suas minas de ouro. Mesmo assim, os relatos de viajantes são destacados no processo de aquisição do conhecimento de outras culturas – que as não-européias –, contribuindo também fortemente para a espionagem comercial, pois preparava um mercado de informações sobre o funcionamento do próprio mercado. Assim, as informações transformavam-se também em mercadorias, das quais passavam a ser cobrados os direitos autorais e sobre as quais se exercia o patenteamento, como forma de comprovação de sua originalidade.

Burke utiliza vários exemplos o tempo todo e ainda no final, mais uma vez, demonstra que um dos objetivos da sociologia do conhecimento remontada à modernidade é apontar os interesses existentes na ciência e no conhecimento, como resultado de outros interesses socialmente situados no período, acerca da verdade, e de sua parcialidade e das motivações coletivas inconscientes que dão orientação e direção ao pensamento dos homens. Burke encerra seu texto de forma a pressupor que o próprio leitor se utilizará de tais exemplos na formulação de suas conclusões.